



REQUERIMENTO Número / (.^a)

PERGUNTA Número / (.^a)

Expeça - se

Publique - se

O Secretário da Mesa

Assunto:

Destinatário:

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República

O ano de 2017 foi, ao nível de incêndios florestais, o pior ano de que há memória, e na memória ficarão as consequências catastróficas provocadas pelos incêndios que ocorreram na zona centro e norte do país, designadamente a perda de vidas humanas - mais de uma centena - os danos e prejuízos em milhares de habitações, a destruição total ou parcial de centenas de empresas, as milhares de explorações agrícolas afetadas, para além dos mais de quinhentos mil hectares de área florestal dizimada pelas chamas.

Silvares, povoação da União das Freguesias de Destriz e Reigoso, município de Oliveira de Frades, foi das primeiras a ser afetadas com o incêndio iniciado em Albitelhe povoação da Freguesia de Campia (Vouzela), a 15 de outubro. Os poucos moradores que residiam na aldeia ficaram praticamente sem nada, maquinaria pesada afeta à agricultura e exploração de madeira, animais, anexos e arrumos, uma aldeia reduzida literalmente a cinzas, onde apenas uma casa ficou de pé.

Nesta aldeia duas das casas destruídas de primeira habitação foram recuperadas com o financiamento da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro (CCDR).

A habitação localizada na entrada de Silvares foi orçamentada em mais de 50 000 euros, todavia a tipologia da casa reconstruída foi alterada. Enquanto a que ardeu detinha três pequenos quartos, a recuperada ficou apenas com um, impossibilitando que a proprietária com mais de 70 anos consiga albergar o filho que lhe presta apoio.

Por outro lado, a habitação foi implementada no mesmo local da anterior, uma área íngreme de difícil acesso. Para agravar o problema, o caminho com uma inclinação mais suave foi substituído por uma escadaria dificultando o acesso à habitação por parte da idosa com mobilidade reduzida. Segundo os familiares foi proposto que a habitação fosse realocada para um terreno mais acessível, contudo tal possibilidade foi declinada com a alegação que tal não se enquadraria no respetivo apoio à reconstrução.

O facto da área ser declivosa e com uma geomorfologia sensível, já depois da reconstrução, verificou-se a queda de um muro e deslizamento de terras, sedimentos estes que se encontram colados à fachada da habitação.

No passado mês de maio Os Verdes estiveram no local tendo constatado a situação e a preocupação de familiares da proprietária que recusam a receber a chave da habitação devido à falta de condições de acesso, às alterações da tipologia, bem como alegam a destruição de muros e várias debilidades da construção, por exemplo junto à soleira da porta o muro exterior cedeu e encontra-se em risco de cair.

Embora o Estado se tenha responsabilizado pela recuperação das habitações, e bem, a verdade é que a reconstrução desta habitação destruída não teve em conta as necessidades e especificidades da proprietária, nem a tipologia existente.

A situação que se arrasta há vários meses, tendo inclusive a habitação sido assaltada, é do conhecimento da autarquia local, contudo para já ainda não houve nenhuma intervenção no sentido de resolver os problemas detetados.

Assim, ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, solicito a S. Ex^a O Presidente da Assembleia da República que remeta ao Governo a seguinte Pergunta, para que o Ministério da Coesão Territorial possa prestar os seguintes esclarecimentos:

1- O Ministério da Coesão Territorial tem conhecimento que em Silvaes, Oliveira de Frades, uma das habitações recuperadas ainda não foi entregue uma vez que a habitação não apresenta acessos condignos e tipologia similar à casa destruída, impossibilitando albergar os cuidadores da proprietária?

2- Por que motivo a habitação foi construída com uma tipologia diferente da existente, num local de risco de desmoronamento, com acessos muito limitados para uma idosa com mobilidade reduzida?

3- A CCDRC impediu que a habitação fosse construída num terreno com melhores acessos e com melhor risco de deslizamento de terras?

4- Apesar de terem sido gastos mais de 50 000 euros com a reconstrução da habitação em causa, esta não ficou com condições condignas de habitabilidade. De quem foi essa responsabilidade? Da autarquia ou da CCDRC? A CCDRC esteve no local a acompanhar o respetivo projeto?

5- Tendo em consideração que a construção não corresponde à tipologia, que ocorreu um deslizamento da vertente junto à fachada, que os acessos são inacessíveis para quem tem mobilidade reduzida e que a construção apresenta algumas debilidades, está prevista alguma intervenção no sentido de melhorar em condições de habitabilidade? Se sim, quais e para quando?

Palácio de São Bento, 15 de junho de 2021

Deputado(a)s

MARIANA SILVA(PEV)

Deputado(a)s

JOSÉ LUÍS FERREIRA(PEV)